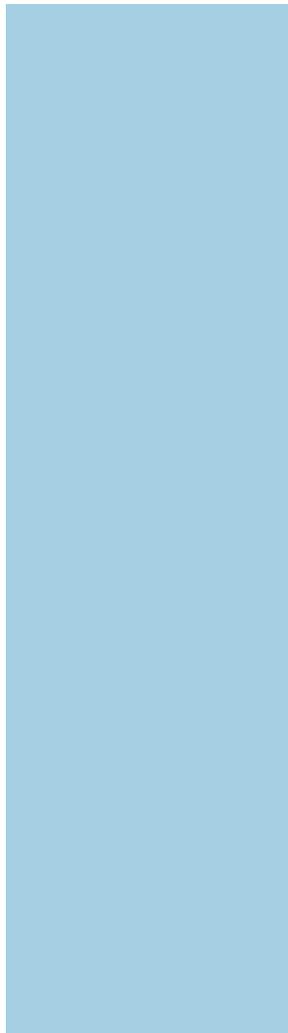


CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO
Autora

PROF. DR. EDUARDO CARDOSO MORAES
Orientador

EVELLYN DAYANE SANTOS DE OLIVEIRA
Projeto Gráfico e Diagramação

TRANSCRITO JÁ
Revisão



Apresentação

Professor(a),

Este Guia de Orientações é parte integrante do produto educacional Proposta de Ensino de Turismo Acessível apoiada na Aprendizagem Baseada em Problemas: Guias Didáticos que é o resultado do Projeto de Pesquisa de Mestrado “Proposta de Ensino de Turismo Acessível apoiada na Aprendizagem Baseada em Problemas” desenvolvida pela pesquisadora Claudia Suzana Correia Lima Fialho, sob orientação do Professor Dr. Eduardo Cardoso Moraes, no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, Campus Avançado Benedito Bentes do IFAL.

Nesse material, apresentaremos a Proposta de Ensino para o estudo do Turismo Acessível a partir da análise da legislação referente às pessoas com deficiência e das normas sobre acessibilidade que poderá ser utilizada no ensino da disciplina de Legislação Aplicada ao Turismo. A proposta de ensino possui 5 (cinco) unidades de estudo abrangendo temas importantes referente à acessibilidade da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida aos equipamentos e serviços turísticos.

No desenvolvimento dessa proposta de ensino que gerou este Guia, utilizou-se a pesquisação, que além de prever a ação efetiva dos beneficiados na investigação do problema estudado e na busca de soluções (THIOLLENTE, 2011), o uso desse método no âmbito

da Educação Profissional e Tecnológica colabora para a concretização de um projeto de ensino integrado que possui como característica dotar os alunos de senso crítico para perceberem sua realidade, a promoção de sua autonomia e o compromisso com a transformação social, já que estimula os indivíduos a agirem de modo emancipatório, pois de acordo com Araújo e Frigotto (2015, p.72-73):

As diferentes possibilidades de procedimentos de ensino favorecem mais ou menos o projeto de ensino integrado quando são organizados para promover a autonomia, por meio da valorização da atividade e da problematização, e para cultivar o sentimento de solidariedade, mediante do trabalho coletivo e cooperativo.

Dessa forma, a pesquisa-ação colabora para o alcance desses valores, bem como o Mestrado profissional que visa também contribuir para a prática docente em sala de aula a partir do uso desse método.

A metodologia empregada na proposta de ensino é a metodologia ativa de Aprendizagem Baseada em Problemas segundo Berbel, apoiada na teoria de Aprendizagem Significativa de Ausubel, nos ensinamento de Zabala e, conseqüentemente, no diálogo preconizado por Paulo Freire. A escolha da metodologia se coaduna com a Pesquisa-Ação por objetivar também oferecer meios para a formação crítica, autônoma e emancipatória do cidadão que são os princípios norteadores da Educação Profissional.

O suporte teórico técnico-científico para a elaboração dessa prática educativa baseou-se na legislação brasileira referente às pessoas com deficiência e acessibilidade, bem como guias e cartilhas

desenvolvidos por órgãos governamentais federais, estaduais e municipais.

O intuito deste Guia é auxiliar os professores que buscam incluir a temática do Turismo Acessível nas suas práticas pedagógicas por meio dessa sequência de atividades como metodologia principal ou de apoio para lecionar sobre o tema. Ressalte-se que, em virtude das constantes atualizações da legislação brasileira, aconselha-se aos interessados confirmar as informações aqui disponíveis, evitando eventuais erros de aplicação do conteúdo jurídico, não sendo a pesquisadora responsável por isso.

Por que é Importante Ensinar Turismo Acessível?

- Segundo dados do Censo demográfico de 2000, realizado pelo IBGE, 14,50% da população brasileira se declarou com deficiência, já no ano de 2010 esse percentual cresceu para 23,90%. Neste mesmo ano de 2010, quase 11% dos habitantes eram idosos;
- Com base nos dados do IBGE, será cada vez mais frequente a demanda por produtos e serviços para esse público que busca equipamentos adaptados as suas necessidades e por profissionais de Turismo qualificados para prestarem serviços turísticos acessíveis;
- A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, dispõe que todos são iguais perante a lei, ou seja, tanto pessoas com deficiência, como crianças, jovens, idosos e pessoas sem deficiência tem o direito ao Lazer, inserido aí o turismo, sem distinções, sendo estes direitos sociais que todo cidadão possui, conforme aponta o artigo 6º;
- Nesse contexto, o Turismo Acessível se apresenta como um meio de proporcionar a igualdade de condições às pessoas com deficiência assegurando a elas o direito ao lazer, beneficiando, principalmente, as pessoas com deficiência e os idosos, parte da população que cresce a cada ano;
- Por meio da Educação, é possível cooperar para a conscientização da população sobre a importância da inclusão social das pessoas com deficiência que é um dos objetivos dessa . Pesquisa ao tentar sensibilizar o estudante para o seu papel, como profissional do Turismo, no processo de inclusão social das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;

- A análise das legislações referente às pessoas com deficiência e sobre acessibilidade proporcionará aos estudantes o conhecimento dos direitos dessa parcela da população, bem como o papel da sociedade nesse processo, contribuindo para o exercício da cidadania ao praticar ações que colaborem para a transformação da realidade;
- Ademais, o artigo 28, inciso XIV, da Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), dispõe acerca da inclusão de temas referentes às pessoas com deficiência nos diversos campos do saber em cursos de educação profissional técnica e tecnológica, o que estará sendo cumprido com a aplicação dessa proposta de ensino

01

02

03

04

05

06

07

08

09

Anotações

Metodologia: Aprendizagem Baseada em Problemas

O objeto deste Guia de Orientações é resultado da aplicação da Proposta de Ensino de Turismo Acessível apoiada na Aprendizagem Baseada em Problemas realizada no componente curricular Legislação Aplicada ao Turismo do curso Técnico de Nível Médio Integrado Guia de Turismo do Instituto Federal de Alagoas, *Campus Marechal Deodoro*.

A mesma é pautada na Aprendizagem Baseada em Problemas segundo Berbel, como metodologia principal, apoiada na teoria de Aprendizagem Significativa de Ausubel e consequentemente, no diálogo preconizado por Paulo Freire e está ancorada nos princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL 2012) e na Educação como estratégia de inclusão social constante no Projeto Político Pedagógico do curso de Guia de Turismo (BRASIL, 2013).

A mesma visa criar um espaço para análise da legislação referente às pessoas com deficiência e das normas de acessibilidade com enfoque no Turismo Acessível e dessa forma sensibilizar os alunos, por meio da Educação, sobre o seu papel, como profissional do Turismo, no processo de inclusão social das pessoas com deficiência, auxiliando-os na construção de um conhecimento jurídico socialmente relevante.

Abaixo, algumas características desse tipo de metodologia, de acordo Diesel, Baldez e Martins (2017).



Fonte: elaborada pela autora.

Vislumbra-se a utilização da Metodologia Ativa como estratégia de ensino alternativa que se coaduna com a proposta de uma aprendizagem ativa, sendo o aluno o protagonista, e com a relação dialógica entre aluno e professor, levando em consideração um espaço de estudo que aproveite os conhecimentos prévios, as experiências cotidianas dos alunos e favoreça a interação entre o grupo.

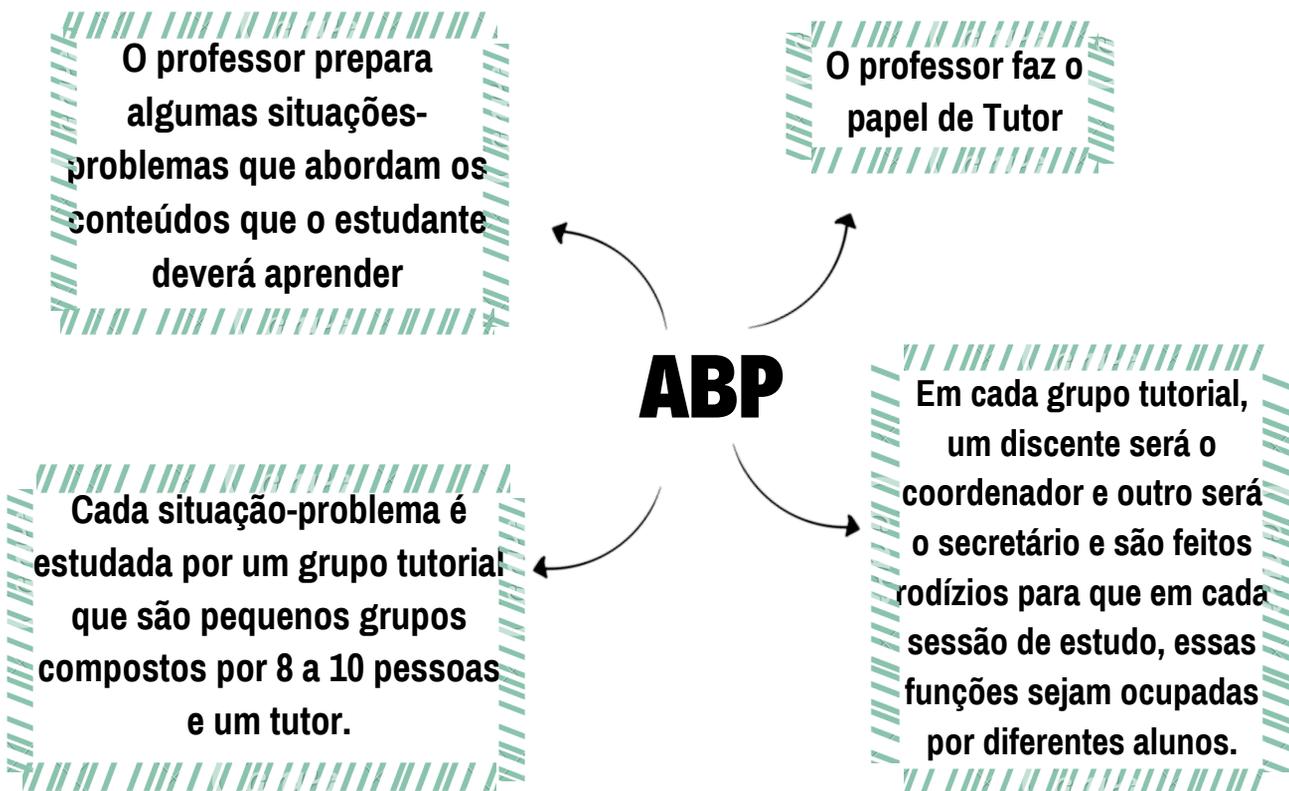
Nesse contexto, entre as metodologias ativas existentes optou-se pela Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) que teve seu início na escola de Medicina de McMaster no Canadá quando o Comitê de Educação da Universidade buscava um modelo de ensino-aprendizagem que capacitasse os estudantes para avaliar a realizada, interpretar o que foi estudado, buscar soluções e conseguir resolver problemas. No Brasil, essa metodologia foi implantada por volta de 1993¹.

De acordo com BorochoVICIUS e Tortella (2014, p. 263), a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) “[...] tem como propósito tornar o aluno capaz de construir o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos que o expõe a situações motivadoras e o prepara para o mundo do trabalho”.

Já para Borges *et al.* (2014, p. 301), “[a] ABP estimula o desenvolvimento de habilidades técnicas, cognitivas, de comunicação e atitudinais; o respeito à autonomia do estudante; o trabalho em pequenos grupos; e a educação trabalho em pequenos grupos; e a educação permanente”. E, ainda informam que, dentre as fontes que podem servir como situações-problemas encontram-se os textos de jornais, vídeos e problemas simulados por especialistas.

²BOROCHOVICIUS, E. e TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 263-294, abr/jun 2014. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a02v22n83.pdf. Acesso em: 12 mai. 2019.

Além das já apresentadas, a ABP possui características específicas, segundo Berbel (1998) e algumas outras referências que a autora encontrou através da *home page* da Universidade Estadual de Londrina - (UEL).



Fonte: elaborada pela autora.

Para cada grupo é estabelecido um problema a ser estudado. Para Aquilante et al. (2011, p.149),

O problema deve proporcionar aos estudantes motivação e possibilidades de levantar hipóteses e questões de aprendizagem sobre os conceitos, explicações e teorias que envolvem o problema, os quais serão confrontados na busca de informações que cada estudante fará individualmente

Os problemas apresentados nessa proposta de ensino são estruturados, para facilitar a compreensão dos estudantes que ainda não possuem familiaridade com a metodologia. Se não for o seu caso, recomenda-se a montagem de novos problemas, de acordo com seus objetivos.

A ABP é realizada com a aplicação dos 7 (sete) passos² apresentados por BERBEL (1998) e também encontrados na *home page* da UEL.

Passo 1: Leitura o problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos;

Passo 2: Identificação dos problemas expostos na situação apresentada – aqui pode-se estimular aos alunos compartilharem experiências já vivenciadas ou presenciadas;

Passo 3: Formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior – Para Cyrino e Toralles-Pereira (2004) a situação-problema deve ser trabalhada de modo a estimular os alunos e levantarem hipóteses que na opinião deles expliquem as causas do problema apresentado;

Passo 4: Resumo das hipóteses;

Passo 5: Formulação dos objetivos de aprendizados – Cyrino e Toralles-Pereira (2004) nos orienta que os objetivos são pré-definidos pelo professor-tutor, mas deve-se auxiliar os alunos na discussão do que eles precisarão estudar, aprofundar e os objetivos propostos por eles devem coincidir com os já previstos;

²BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? Revista Interface, Botucatu, v. 2, n. 2, p.139-154, fev. 1998. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S141432831998000100008&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 12 mai. 2019.

Passo 6: Estudo individual - é o momento da busca das informações necessárias para chegar às possíveis soluções em cada hipótese explicativa;

Passo 7: Retorno ao grupo tutorial para reanálise do problema - tendo em vista o conhecimento adquirido na fase anterior, apresentando o conteúdo estudado e as soluções encontradas para o problema, momento no qual o tutor pode intervir para compartilhar ideias e informações não abordadas pelo grupo.



Cada participante na metodologia possui uma função a exercer, que é apresentada no quadro abaixo.

Quadro 1: Função dos participantes do grupo tutorial

Estudante Coordenador	Estudante Secretário	Membros do Grupo	Tutor
Lider do grupo tutorial	Registrar pontos relevantes apontados pelo grupo	Acompanhar todas as etapas do processo	Estimular a participação do grupo
Encorajar a participação de todos	Ajudar o grupo a orientar seu raciocínio	Participar das discussões	Auxiliar o coordenador na dinâmica do grupo
Controlar o tempo	Participar das discussões	Ouvir e respeitar a opinião dos colegas	Verificar a relevância dos pontos anotados
Assegurar que o secretário possa anotar adequadamente os pontos de vista do grupo		Fazer questionamentos	Prevenir o desvio do foco da discussão
		Procurar alcançar os objetivos de aprendizagem	Assegurar que o grupo atinja os objetivos de aprendizagem
			Verificar o entendimento do grupo sobre as questões discutidas

Fonte: Borges et al. (2014) modificado de Wood

Para Tomaz (2001), a função do professor na metodologia é estimular o pensamento crítico e dirigir o aluno na busca do aprendizado, orientando-o durante a aplicação da metodologia, incentivando a cooperação mútua entre os estudantes, para que haja um autêntico trabalho coletivo. Também acompanhará as discussões para que os discentes não se desviem do objetivo principal, auxiliando-os a responderem uns aos outros quais os problemas a serem solucionados e inserindo os alunos que possuem mais dificuldades de participar das discussões em grupo. Considerando o papel do docente no desenvolvimento da metodologia, é que se entende ser importante a elaboração desse material

Professor, nos artigos pesquisados para a elaboração desse Guia, é comum a recomendação de se adotar o rodízio das funções no grupo tutorial. Por isso, sugere-se que no início de cada apresentação de grupo ter um coordenador e secretário diferente para estimular a todos a se prepararem e a realizarem, de modo satisfatório, o estudo individual, na tentativa de evitar que apenas o coordenador, que apresentará a análise da situação-problema, tenha domínio do assunto.

Apesar de a metodologia prever a aplicação dos 7 passos de forma seguida em cada unidade de estudos, o que exigiria 4 encontros para a realização de cada sessão de estudos, sendo esta forma o ideal, aqui fez-se uma adaptação, aplicando-se as 4 unidades de estudos paralelamente, divididas em 3 sessões, tendo em vista o tempo disponibilizado para a aplicação da proposta de ensino, em virtude do calendário acadêmico apertado.

Conforme expõe Leite e Afonso (2001), os problemas podem ser analisados tanto simultaneamente pela turma ou podem ser trabalhados subproblemas extraídos de um problema principal ou ainda podem ser tra-

balhados problemas diferentes para cada grupo tutorial, adaptação esta que se aplicou na proposta de ensino executada pela pesquisadora. As mesmas autoras explicam que por se tratar de prática pedagógica centrada no aluno, caracteriza-se por sua flexibilidade na sua implementação.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

Aplicação da Proposta de Ensino

Caso o professor prefira seguir a experiência pedagógica que originou esse Guia, abaixo descrevemos o delineamento das sessões de estudos.

1º sessão de estudos

Aplicação da Unidade de Estudos 1. O objetivo dessa unidade é servir de organizador prévio, conforme prevê a teoria da Aprendizagem Significativa, para que os estudantes adquiram conhecimento mínimo para alcançarem os objetivos de aprendizado nas etapas seguintes da ABP.

Sugere-se uma aula expositiva e dialogada com a utilização de uma situação real relacionada ao Turismo Acessível a partir da qual primeiro propõe-se aproveitar a situação-problema para aplicar os 5 primeiros passos da ABP para que os discentes se familiarizem com as etapas do método ou se possível realizar, anteriormente ao início das sessões de estudos, uma oficina sobre a ABP voltada para os estudantes para que os mesmos se familiarizem com essa prática educativa.

Durante essa aula explicar-se-á os conceitos essenciais ao Turismo Acessível como sobre Acessibilidade, Barreiras, Tipos de barreiras, Pessoas com Deficiência, Tipos de Deficiência, Desenho Universal e princípios, Igualdade de oportunidades, Não-discriminação, Dignidade da Pessoa Humana e Inclusão social, além de breve exposição sobre a evolução da legislação referente à pessoa com deficiência e será estimulada a partilha de alguma experiência parecida já vivenciada ou observada pelos discentes. Ao final, será mostrado um vídeo com uma situação real e organizará os grupos tutoriais com 8 a 10 alunos, cada.

Considerando a definição de conteúdos conceituais descrito por Zabala (1998), nessa unidade os conceitos e princípios trabalhados servirão de base para o desenvolvimento das demais unidades, nos quais os discentes precisarão interpretá-los, reconhecer os principais elementos dos conceitos e relacioná-los com as situações problemas.

2º sessão de estudos

Distribuição das situações-problemas a cada grupo tutorial correspondente às unidades de estudos 2, 3, 4 e 5. Far-se-á com cada grupo os passos da leitura do problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos, identificação dos problemas, formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior e determinação dos objetivos de aprendizados.

3º sessão de estudos

Estudo individual a ser realizado no Laboratório de Informática e/ou a Biblioteca disponibilizando o acesso à internet para realização da pesquisa do conteúdo a ser estudado. Os tutores ficam à disposição dos discentes para esclarecimento de dúvidas sobre a metodologia, bem como orientação acerca da pesquisa. No estudo individual, com base nas situações-problemas, os estudantes buscarão as respostas para as seguintes questões:

a) Quais desrespeitos às normas ou acertos a situação-problema nos apresenta?

- b) Quais as legislações você pesquisou? Do que se trata as leis ou normas estudadas?
- c) Quais as regras que não foram cumpridas?
- d) O que o prestador do serviço turístico deveria fazer para respeitar essas normas? Quais as soluções você sugere para resolver o problema apresentado?
- e) Houve algum conteúdo que, mesmo não estando diretamente relacionado com as situações-problemas, você pondera ser relevante citar durante a apresentação do grupo tutorial?

Após o estudo individual, caso seja possível, sugere-se ao professor organizar uma visita técnica a algum equipamento turístico/cultural (hotel, museu, aeroporto), de modo a proporcionar a confrontação do que os estudantes aprenderam no estudo individual e a realidade nesses equipamentos. Para isso, o professor anteriormente montaria um roteiro com o auxílio dos discentes com itens obrigatórios a serem analisados nesses ambientes. O resultado da observação dos alunos seria exposto na próxima etapa.

4º sessão de estudos

Retorno ao grupo tutorial. A determinação do tempo para a apresentação do grupo dependerá da disponibilidade de tempo do qual o professor pode dispender. Os grupos deverão fazer a discussão dos temas, partilhar o produto das pesquisas do grupo, analisar as legislações que devem ser aplicadas para resolução das situações-problemas, citando as normas consultadas e explicando as mesmas aos outros grupos. Os grupos deverão apresentar as suas sugestões para melhoria da acessibilidade em cada situação-problema.

Ao final será elaborado em conjunto (tutores e estudantes) um Mapa Conceitual dos conceitos estudados como atividade final desse encontro. Dependendo do nível de colaboração e engajamento dos alunos nas discussões, pode ser necessário estender essa sessão para não prejudicar a dinâmica da metodologia e procederá a abertura de espaço para que os alunos procedam a avaliação da proposta de ensino, tendo em vista os pressupostos da Pesquisa-Ação, para aperfeiçoamento da prática na próxima sessão.

Sugere-se que os critérios a serem analisados para a realização da avaliação de aprendizado dos estudantes contemplem:

- a) Participação nas discussões durante a aula expositiva e dialogada e durante as apresentações dos grupos tutoriais;
- b) Criatividade durante a apresentação dos grupos tutoriais;
- c) Conteúdo da apresentação do grupo tutorial;
- d) Relatório elaborado pelo grupo tutorial;

Contudo, o professor deverá julgar quais critérios são os mais pertinentes para sua averiguação da aprendizagem do discente e a pontuação para cada item, desde que não elimine o critério da participação dos alunos.

O professor perceberá que os conteúdos procedimentais e atitudinais, conforme ensinamentos de Zabala, serão apreendidos na própria prática da proposta de ensino, com os alunos exercendo as funções que lhes cabem, no ato de ler e analisar as legislações aplicáveis, no ato de falar durante a apresentação, na percepção de quais as normas são cumpridas ou não, na apresentação de expor sugestões de adequação dos serviços tu-

turísticos ou da prestação de serviço ao preceito legal, já que para o autor (1998, p. 43) conteúdos procedimentais “[...]inclui entre outras coisas as regras, as técnicas, os métodos, as destrezas ou habilidades, as estratégias, os procedimentos [...]”.

Em relação aos conteúdos atitudinais, caracterizados por abranger “valores, atitudes e normas”, segundo o autor (1998, p. 46), o ensino do Turismo Acessível trabalhará valores como a solidariedade, não-discriminação, inclusão social, cooperação, tolerância e responsabilidade social, as atitudes como trabalho em equipe, respeito ao próximo e companheirismo e as normas legislativas de proteção às pessoas com deficiência, incentivando a reflexão desses preceitos.

Por fim, a relação dialógica entre discente e docente basear-se-á na pedagogia de Freire, no debate, no trabalho em grupos, tentando atender a diversidade dos alunos na construção do conhecimento, podendo lançar mão de outras ações diferente das inicialmente previstas para atender uma nova necessidade dos alunos, visando a melhoria da prática educativa, que é um requisito da pesquisa-ação, ainda o respeito à opinião do aluno, incentivando as suas contribuições, a participação ativa, promovendo a participação do aluno que é mais tímido, estimulando sua exposição de pensamentos, de dúvidas.

Unidade de Estudos 1 - Turismo

Acessível: Conceitos Básicos³

1. TEMA:

Conceitos básicos para o debate sobre Turismo Acessível

2. ATIVIDADE

Discussão de situação-problema: “Cadeirantes relatam falta de acessibilidade em pontos turísticos na capital do país” (notícia publicada em 04.12.2017 no portal eletrônico de notícias GI).

3. CONTEÚDO

Legislação base: Lei nº 13.146/2015, Constituição Federal de 1988, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, Declaração de Manila sobre Turismo Mundial, Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, Recomendação OMT “Para um Turismo Acessível aos Deficientes nos anos 90”, Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, Carta de Lisboa sobre o Turismo de Pessoas de Idade e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Conceitos: Pessoas com Deficiência, Tipos de Deficiência, Pessoa com Mobilidade Reduzida, Acessibilidade, Barreiras, Tipos de barreiras, Desenho Universal e princípios, Igualdade de oportunidades, Não-discriminação, Dignidade da Pessoa Humana, Inclusão social e Evolução das normas internacionais de proteção aos direitos da pessoa com deficiência.

³ Os tópicos das Unidades de Estudos basearam-se nas unidades didáticas da dissertação “Criação, aplicação e avaliação de uma sequência didática para o curso de cuidadores de idosos apoiada na metodologia da problematização” de autoria do Professor Douglas Santana Fagundes pela PUC Minas Gerais.

4. OBJETIVOS

Apresentar para os discentes conceitos básicos que se relacionam com o Turismo Acessível e que servirão de base para o entendimento das situações-problemas e para ampliar as discussões no grupo tutorial, bem como sensibilizá-los sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e a importância do cumprimento da legislação para a qualidade de vida dessas pessoas.

5. MATERIAL A SER UTILIZADO

- a) Guia de Estudos do Discente
- b) Data Show, vídeo do Youtube e situação-problema impressa.

6. DURAÇÃO:

1h 40 minutos

7. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS:

- a) Entregar aos alunos participantes o Guia de Estudos de Turismo Acessível.
- b) Turma disposta em “U” de modo que todos possam ter em seu campo visual o grupo e o espaço para reprodução da imagem do Data Show.
- c) Iniciar a aula expositiva e dialogada com uma dinâmica quebra gelo, apresentando fotos com as dificuldades vivenciadas pelas pessoas com deficiência e estimular os estudantes a expor o que sentem com o que veem nas fotos e a partilharem alguma experiência com pessoas com deficiência já vivenciada ou presenciada.
- d) Entregar a notícia jornalística a ser utilizada como situação-problema a cada aluno;
- e) Situação-problema: Trechos selecionados da notícia publicada em

04.12.2017 no portal de notícias G1 intitulada: “Cadeirantes relatam falta de acessibilidade em pontos turísticos na capital do país”. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/cadeirantes-relatam-falta-de-acessibilidade-em-pontos-turisticos-da-capital-do-pais.ghtml>;

f) Nesse momento, será aplicado as etapas 1, 2, 3, 4 e 5 descritas por Berbel: Leitura do problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos; identificação dos problemas propostos pelo enunciado; formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior, resumo das hipóteses e formulação dos objetivos de aprendizados;

g) Início da exposição dos conceitos e ao decorrer inserir os discentes na discussão sobre os conceitos associados ao Turismo Acessível, listados no tópico 3;

h) Os conceitos trabalhados serão definidos de acordo com a Lei nº 13.146/2015 e com as normas internacionais de proteção aos direitos das pessoas com deficiência;

i) Ao final da discussão, passar o vídeo “As dificuldades da pessoa com deficiência no Brasil” (passar o vídeo até 4’29”) para fixação dos conceitos e no qual mostra algumas situações-problemas a serem trabalhadas no próximo encontro. Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=as+dificuldades+da+pessoa+com+defici%C3%Aancia+no+Brasil;

8. AVALIAÇÃO

Deverá se basear nas participações dos discentes, a ser observada pelo professor durante a aula, respeitando a opinião de cada estudante, tendo em vista suas percepções, experiências e vivências e oportunizar aos mesmos o espaço para avaliação da proposta de ensino, tendo em vista os pressupostos da Pesquisa-Ação.

Unidade de Estudos 2 – Acessibilidade – Comunicação na Prestação de Serviços

1. TEMA:

Acessibilidade da comunicação na prestação de serviços

2. ATIVIDADE

Discussão da situação-problema:

Alberto tinha o sonho de conhecer Portugal e em nome desse sonho, trabalhou duro por alguns anos e finalmente conseguiu juntar uma quantia razoável em dinheiro para viajar. Ele, apesar de não enxergar, trabalhava em uma empresa que disponibilizava um computador com tecnologia assistiva, programa que lia em voz alta as palavras escritas nas páginas de internet (áudio-descrição). Alberto faria a viagem na companhia de sua vizinha, Olívia, que também tinha o sonho de conhecer esse país e o achava acessível pelo fato de o idioma ser o mesmo que aqui no Brasil.

Quando chegou em seu destino e se dirigiu ao hotel, não encontrou na recepção um mapa tátil do espaço do hotel e nem o recurso de áudio-descrição. Após realizar o check-in, seguiu para seu quarto com a ajuda de Olívia. No quarto, que era muito espaçoso, precisou entrar em contato com a recepção, mas o telefone não tinha display em Braille. Ao jantar no restaurante do hotel, não havia o cardápio em Braille. Alberto sempre precisava contar com a ajuda de Olívia, o que o incomodava, pois já era acostumado a ter uma vida autônoma em seu ambiente de trabalho e na sua residência.

Aberto foi visitar o museu próximo ao hotel e chegando lá os libretos com a descrição das exposições em Braille estavam esgotados e o aparelho de áudio, para que ele pudesse ter acesso às gravações com a descrição dos ambi-

entes do museu, estava quebrado. No final da visita, quis registrar sua avaliação em relação ao serviço do museu, mas o serviço de atendimento ao cliente do museu não era adaptado para atender pessoas com deficiência visual.

Analisando a legislação quais os procedimentos relativos à acessibilidade não foram respeitados?

Discuta com seus colegas as normas de acessibilidade em cada ambiente descrito.

3. CONTEÚDO

Legislação base: ABNT NBR 15599:2008, Lei nº 13.146/2015 (capítulo II) e Lei estadual 6.198/2000.

Sugestão de Leitura: Cartilha Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo Acessível (Volume III) – Ministério do Turismo;

Quadro 2: Função dos participantes do grupo tutorial

<p>Diretrizes para a Comunicação na prestação de serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento ao Consumidor <p>Lazer e Cultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Museus, exposições e espaços culturais <p>Hospedagem e Turismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimentos de hospedagem e turismo • Atendimento em estabelecimentos de hospedagem e turismo 	<p>Transporte de Passageiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Geral • Terminais de Passageiros • Ponto de parada para embarque e desembarque • Veículo • Casos Específicos <p>Diretrizes para identificação da acessibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Símbolos de identificação da acessibilidade • Acessibilidade por meio de equipamentos • Descrição de imagens e sons
---	--

Fonte: elaborado pela autora a partir da ABNT NBR 15599-2008.

4. OBJETIVOS

Os discentes serem capazes de identificar as normas desrespeitadas previstas na ABNT NBR 15599:2008 vivenciados pela personagem na recepção, no quarto e no restaurante do hotel, bem como no museu e no serviço de atendimento ao cliente, além de desenvolver as habilidades de comunicação, pensamento crítico, cooperação entre os colegas e respeito às opiniões divergentes.

5. MATERIAL A SER UTILIZADO:

- a) Situação-problema impressa
- b) Quadro Branco
- c) Data Show

6. DURAÇÃO:

- a) 2ª sessão de estudos: Aplicação das etapas 1 a 5 da ABP – 20 minutos
- b) 3ª sessão de estudos: Aplicação da etapa 6 da ABP – 100 minutos
- c) 4ª sessão de estudos: Aplicação da etapa 7 da ABP – 20 minutos

7. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS:

- a) Na 2ª sessão, solicitar que os alunos fiquem em semicírculo de modo que todos possam ter em seu campo visual o grupo que se apresentará e a projeção do Data Show;

- b) O grupo receberá uma situação-problema específica;
- c) Apresentação da situação-problema através da exposição de slide utilizando o Data Show ou entregue ao grupo o texto impresso;
- d) Entrega da situação-problema;
- e) Aplicação das etapas 1, 2, 3, 4 e 5 descritas por Berbel: Leitura do problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos; identificação dos problemas propostos pelo enunciado; formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior, resumo das hipóteses e formulação dos objetivos de aprendizados;
- f) Na 3ª sessão, será realizado o estudo individual no qual será disponibilizado para o discente o laboratório de informática e a biblioteca, nos quais estarão acompanhados do tutor para orientar a pesquisa dos discentes;
- g) Na 4ª sessão, ocorrerá a apresentação do grupo tutorial, no qual os discentes farão a exposição da situação relatada no problema que estão de acordo ou em desacordo com a legislação, a fundamentação jurídica e as suas sugestões para que as empresas solucionem os problemas;
- h) O tutor auxiliará e estimulará os discentes a concluírem as etapas descritas da metodologia ativa e abordará os demais tópicos do conteúdo não contemplados na situação-problema, bem como incentivará aos demais grupos a debaterem e exporem suas opiniões, questionando as dúvidas.
- i) Montar com os alunos um Mapa Conceitual do tema estudado;
- g) Ao final, passar o vídeo " Acessibilidade na Comunicação" (2'48")

disponível no YouTube: <<https://www.youtube.com/watch?v=gr4tQUz3UhM>>, como exemplo da importância da acessibilidade na comunicação.

8. AVALIAÇÃO

Deverá se basear nas participações dos discentes, a ser observada pelo tutor durante as sessões de estudo, respeitando a opinião de cada estudante, tendo em vista suas percepções, experiências e vivências e oportunizar aos mesmos o espaço para avaliação da proposta de ensino, tendo em vista os pressupostos da Pesquisa-Ação.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

Unidade de Estudos 3 – Acessibilidade a Museus

1. TEMA:

Acessibilidade a Museus

2. ATIVIDADE

Discussão de situação-problema:

Afonso logo, logo receberia a visita de seus pais e de seu primo, e por isso encontrava-se bastante ansioso para reencontrá-los. Seu pai já conta com 77 anos e tem artrose, o que reduz a sua mobilidade, e seu primo tem deficiência auditiva, desde que tinha 7 anos de idade, e é alfabetizado na linguagem de sinais. Afonso pensa em levá-los a um museu, pois acredita que seja o tipo de atrativo turístico mais acessível.

Antes mesmo de chegar no museu, Afonso observou que a calçada que não tinha sinalização tátil direcional e sinalização tátil de alerta no piso que possui várias utilidades.

O museu tinha aparência de antigo, mas era belíssimo. Durante o percurso, dentro do museu, eles não viram áreas de descanso, como bancos para sentar e repousar, para o pai de Afonso se sentar um pouco e também os corredores eram estreitos, passando apenas uma pessoa por vez, o que dificultava a circulação interna no museu.

Em determinado momento, Sr. Manuel (pai de Afonso) precisou ir ao banheiro, mas como não encontrava precisou ir até o balcão de informações para perguntar ao funcionário do museu onde ficavam os banheiros. Percebeu que o balcão de atendimento era bem alto e todo de

uma altura só. Após o funcionário informar onde ficava o banheiro, dirigiu-se para lá e viu que era muito longe do local das exposições, fazendo com que Sr. Manuel andasse muito.

O museu também não possuía funcionários que soubessem a linguagem de sinais para atender seu primo e as obras da exposição não podiam ser tocadas por pessoas com deficiência visual, impossibilitando elas de tocar e sentir as obras de arte.

Analisando a legislação quais os procedimentos relativos à acessibilidade não foram respeitados?

Discuta com seus colegas as normas de acessibilidade em cada situação descrita.

3. CONTEÚDO

Legislação base: ABNT NBR 9050:2015, ABNT NBR 15599:2008, Decreto nº 5.296/2004 (Seção II) e orientações do Cadernos Museológicos: Acessibilidade a Museus (Volume 2).

Sugestão de Leitura: Cadernos Museológicos: Acessibilidade a Museus (Volume 2). Autoras: Regina Cohen, Cristiane Rose de Siqueira Duarte e Alice de Barros Horizonte Brasileiro. Instituto Brasileiro de Museus.

Quadro 3: Acessibilidade a Museus

<p>O entorno e o acesso aos museus:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estacionamento (dimensões e números de vagas) • Circulações horizontais (pisos, sinalização tátil direcional, sinalização tátil de alerta, rampas, patamares de repouso, superfícies e desníveis, portas, janelas, larguras das passagens ou circulações e corredores) • Iluminação • Circulações verticais (elevadores e equipamentos de transporte vertical, escadas) 	<p>Utilização de serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informações sobre as exposições e sobre o museu (placas informativas, informações e painéis, placas e painéis em relevo, localização e iluminação das placas informativas e painéis, localização, material explicativo e de orientação, impressão, uso do braile, painéis e maquetes táteis) <p>Ver, ouvir e tocar as exposições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinalização (Composição, texto, tamanho e suporte, telas ou quadros de projeção, sinalização de segurança) • Ambiência visual e acústica das salas de exposição • Escutar, tocar
---	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir da ABNT NBR 9050:2015 e Cadernos Museológicos: Acessibilidade a Museus (Volume 2).

4. OBJETIVOS

Os discentes serem capazes de identificar as normas desrespeitadas previstas na ABNT NBR 9050:2015 e nas orientações do Cadernos Museológicos: Acessibilidade a Museus (Volume 2) vivenciados pelas personagens no entorno do museu, durante o percurso, em relação às instalações sanitárias e mobiliário, bem como à comunicação e sentir e tocar as exposições no museu, além de desenvolver as habilidades de comunicação, pensamento crítico, cooperação entre os colegas e respeito às opiniões divergentes.

5. MATERIAL A SER UTILIZADO

- Quadro Branco
- Data Show e atividade impressa

6. DURAÇÃO:

- a) 2ª sessão de estudos: Aplicação das etapas 1 a 5 da ABP – 20 minutos
- b) 3ª sessão de estudos: Aplicação da etapa 6 da ABP – 100 minutos
- c) 4ª sessão de estudos: Aplicação da etapa 7 da ABP – 20 minutos

7. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- a) Aplicação dos mesmos procedimentos previstos na unidade anterior;
- b) Ao final, passar o vídeo Vídeoguia – Introdução da Pinacoteca de São Paulo (42 segundos) disponível no YouTube:
<https://www.youtube.com/watch?v=MPepv6DH8NU>, como exemplo de visita acessível aos museus.

8. AVALIAÇÃO

Deverá se basear nas participações dos discentes, a ser observada pelo tutor durante as sessões de estudo, respeitando a opinião de cada estudante, tendo em vista suas percepções, experiências e vivências e oportunizar aos mesmos o espaço para avaliação da proposta de ensino, tendo em vista os pressupostos da Pesquisa-Ação.

Unidade de Estudos 4 – Acessibilidade ao Transporte Aéreo Comercial

1. TEMA:

Acessibilidade ao Transporte Aéreo Comercial

2. ATIVIDADE

Discussão de situação-problema:

Sophia, 55 anos de idade, possui baixa visão e utiliza bengala para auxílio no seu deslocamento. Ela costuma viajar de 2 a 3 vezes por ano de avião e, apesar de saber que há muitas leis que tentam garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência, relata algumas dificuldades:

“Como eu viajo sozinha, tenho dificuldade na hora de descer do táxi ao chegar no aeroporto, pois, geralmente, não há ninguém para me ajudar a chegar até o balcão de informações. O percurso da entrada até o balcão é longo e não possui faixas no piso que me ajude a chegar até lá. Quando chego no balcão de informações, até tem alguém responsável pelo atendimento, mas eles não podem sair de lá para me levarem no balcão do check-in da companhia aérea. Uma vez quando estava fazendo o check-in o funcionário da empresa aérea me informou que não tinha uma pessoa disponível para me auxiliar no embarque.”

Sophia também relatou que presenciou uma cadeirante que vinda de outro país teve sua cadeira de rodas danificada durante o transporte no bagageiro do avião, por isso quando ela pegou o mesmo voo que o seu teve que solicitar uma cadeira de rodas de bordo, mas não havia uma disponível.

Em outra situação, Sophia viu um passageiro com deficiência visual que não conseguiu embarcar no avião porque estava acompanhado de seu cão-guia.

Analisando a legislação quais os procedimentos relativos à acessibilidade não foram respeitados?

Discuta com seus colegas os principais procedimentos que se respeitados facilitariam o uso do aeroporto por Sophia e demais pessoas com deficiência.

3. CONTEÚDO

Legislação base: ABNT NBR 14273:1999, Resolução ANAC nº 280/2013, Lei nº 11.126/2005, Decreto nº 5.904/2006 e Decreto nº 5.296/2004.

Sugestão de Leitura: Guia de Direitos e Acessibilidade do Passageiro – Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);

Quadro 4 - Grupo 3: Acessibilidade ao Transporte Aéreo Comercial

<p>Acesso aos aeroportos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área de circulação • Vagas para embarque e desembarque • Vagas nos estacionamentos • Atendimento da pessoa com deficiência (Percurso entre o estacionamento e o balcão de informações e Balcão de Informações) <p>Procedimentos Prévios à Viagem</p> <p>Embarque e Desembarque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedimento de despacho, embarque e desembarque • Embarque/desembarque por passarela telescópica • Embarque/desembarque sem passarela telescópica • Embarque/desembarque por funcionário 	<p>Acessibilidade no interior das aeronaves:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aeronave com mais de 100 assentos e menos de 100 assentos • Trânsito no interior da aeronave • Assento destinado a passageiro em cadeira de rodas • Quantidade de braços removíveis • Passageiros com ausência ou redução de membros inferiores • Lavatório • Cão-Guia <p>Assistência Durante a Viagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência do operador aéreo à pessoa com deficiência • Ajudas técnicas
--	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir da ABNT NBR 14273:1999 e Resolução ANAC 280/2013.

4. OBJETIVOS

Os discentes serem capazes de identificar as normas desrespeitadas previstas na ABNT NBR 14273:1999, Resolução ANAC 280/2013, Lei nº 11.126/2005, Decreto nº 5.904/2006 e Decreto nº 5.296/2004 vivenciados pela personagem nos percursos entre a entrada do aeroporto até o balcão de informações, do balcão de informações até o balcão da empresa aérea, no procedimento de embarque do passageiro, ajudas técnicas durante a viagem, ingresso e permanência de deficiente visual acompanhado de cão-guia nas aeronaves, além de desenvolver as habilidades de comunicação, pensamento crítico, cooperação entre os colegas e respeito às opiniões divergentes.

5. MATERIAL A SER UTILIZADO

- a) Quadro Branco
- b) Data Show

6. DURAÇÃO:

- a) 2ª sessão de estudos: Aplicação das etapas 1 a 5 da ABP – 20 minutos
- b) 3ª sessão de estudos: Aplicação da etapa 6 da ABP – 100 minutos
- c) 4ª sessão de estudos: Aplicação da etapa 7 da ABP – 20 minutos

7. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS:

Aplicação dos mesmos procedimentos previstos na unidade anterior.

8. AVALIAÇÃO

Deverá se basear nas participações dos discentes, a ser observada pelo tutor durante as sessões de estudo, respeitando a opinião de cada estudante, tendo em vista suas percepções, experiências e vivências e oportunizar aos mesmos o espaço para avaliação da proposta de ensino, tendo em vista os pressupostos da Pesquisa-Ação.

Anotações

Unidade de Estudos 5 – Orientações para o Atendimento ao Turista no Turismo de Aventura Adaptado

1. TEMA:

Atendimento ao Turista no Turismo de Aventura Adaptado

2. ATIVIDADE

Discussão de situação-problema:

Beatriz é paraplégica, mas sempre gostou muito de viajar e por causa da sua deficiência, decorrente de um acidente de carro, pesquisava muito sobre os lugares e sua acessibilidade. Até que nessas pesquisas encontrou a cidade de Socorro/SP que diziam que era extremamente acessível à pessoa com deficiência e o forte de lá era o Turismo de Aventura. Beatriz ficou bem curiosa e quis conhecer esse município.

No aeroporto, Beatriz ficou estressada porque o atendimento prioritário não foi respeitado. Mas chegando lá em Socorro, Beatriz entendeu porque as pessoas elogiam tanto essa cidade e já pensa em retornar com seus amigos e mostrar a diferença que é quando se deseja realmente que todas as pessoas tenham acesso ao Turismo. Após visitar Socorro, ela se deslocou para outro município que desejava conhecer que também oferecia atividades de Turismo de Aventura, mas a experiência foi bem diferente.

Primeiro, Beatriz resolveu fazer tirolesa, mas o ponto de partida da tirolesa era do alto de uma plataforma, sendo necessário subir muitas escadas. “Um condutor me acompanhou durante todo o percurso, mas o equipamento utilizado não era confortável.”

Depois Beatriz resolveu fazer rapel. “Esse foi muito mais difícil porque era necessário 2 ou 3 pessoas para me ajudar na saída para o Rapel ou para tirar os equipamentos. Eu não gostei do atendimento dos instrutores e estava bem impaciente para terminar aquela atividade.”

Analisando o caso em questão e a legislação, quais os problemas ocorridos na situação? Os procedimentos relativos à acessibilidade, ao atendimento e equipamentos de segurança foram respeitados? Pesquise e relate também sobre o Turismo Acessível no município de Socorro/SP.

3. CONTEÚDO

Legislação base: ABNT NBR 15285:2005 e ABNT NBR 15286:2005.

Sugestão de leitura: Cartilha Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo de Aventura Adaptado (Volume IV) – Ministério do Turismo.

Quadro 5 - Grupo 4: Turismo de Aventura Adaptado - Orientações para o Atendimento ao Turista com Deficiência

Turismo Acessível: Exemplo de Socorro/SP	
<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento ao turista com deficiência • Atendimento às pessoas com mobilidade reduzida. • Segurança do turista com deficiência ou mobilidade reduzida 	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologias e Equipamento que facilitam o bom atendimento. • Turismo Acessível no Município de Socorro/SP

Fonte: Elaborado pela autora a partir da ABNT NBR 15285:2005, ABNT NBR 15286:2005 e orientações da Cartilha Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo de Aventura Adaptado (Volume IV) – Ministério do Turismo.

4. OBJETIVOS

Os discentes serem capazes de identificar as normas desrespeitadas e as normas previstas na ABNT NBR 15285:2005 e ABNT NBR 15286:2005 e orientações da Cartilha Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo de Aventura Adaptado (Volume IV), vivenciadas pela personagem no aeroporto, nas atividades de Turismo de Aventura Adaptado, os equipamentos utilizados, as técnicas e as instruções para atender esse turista, além de desenvolver as habilidades de comunicação, pensamento crítico, cooperação entre os colegas e respeito às opiniões divergentes.

5. MATERIAL A SER UTILIZADO

- a) Quadro Branco
- b) Data Show

6. DURAÇÃO:

- a) 2ª sessão de estudos: Aplicação das etapas 1 a 5 da ABP – 20 minutos
- b) 3ª sessão de estudos: Aplicação da etapa 6 da ABP – 100 minutos
- c) 4ª sessão de estudos: Aplicação da etapa 7 da ABP – 20 minutos

7. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS:

- a) Aplicação dos mesmos procedimentos previstos na unidade anterior;
- b) Ao final, passar o vídeo “Turismo acessível Socorro” (3’38”) disponível no YouTube: <<https://www.youtube.com/watch?v=yIcORj3nTGc>>, como exemplo de cidade acessível.

8. AVALIAÇÃO

Deverá se basear nas participações dos discentes, a ser observada pelo tutor durante as sessões de estudo, respeitando a opinião de cada estudante, tendo em vista suas percepções, experiências e vivências.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. Resolução n. 280, de 11 de julho de 2013. Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/resolucoes/resolucoes-2013/resolucao-no-280-de-11-07-2013/@@display-file/arquivo_norma/RA2013-0280.pdf> Acesso em: 25 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14273:1999 de 30 de janeiro de 1999. Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial. 1ª edição. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/institucional/grupos-de-trabalho/inclusao-pessoas-deficiencia/atuacao/legislacao/docs/ABNT-NBR-14273.pdf/view>. Acesso em: 27 fev. 2019.

_____. NBR 15285: 2005 de 31 de outubro de 2005. Turismo de aventura – Condutores – Competência de pessoal. 1ª edição. Disponível em: <http://www.sistemafaemg.org.br/agente_turismo/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20do%20Agente%20de%20Turismo%20Rural/NBR/15285-competencias-de-pessoal.pdf> Acesso em: 25 ago. 2019.

_____. NBR 15286: 2005 de 31 de outubro de 2005. Turismo de aventura – Informações mínimas preliminares a clientes. 1ª edição. Disponível em: <<https://www.caxambu.tv.br/wp-content/uploads/2019/03/ABNT-15286-INFORMACOES-A-CLIENTES.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2019.

_____. NBR 15599: 2008 de 25 de agosto de 2008. Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços. 1ª edição. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBR15599.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

_____. NBR 9050:2015 de 11 de setembro de 2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3ª edição. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2019.

ALAGOAS. Lei nº 6.198, de 27 de setembro de 2000. Obrigam os bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e motéis a colocarem à disposição dos fregueses deficientes visuais, cardápios em braille e dá outras providências. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-6198-2000-al_116298.html> Acesso em: 25 ago. 2019.

AQUILANTE, A. G. et al. Situações-problema Simuladas: uma Análise do Processo de Construção. Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 147-156, Junho/2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v35n2/02.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

BORGES, M. C. et al. Aprendizado baseado em problemas. Revista Medicina, Ribeirão Preto, v. 47, n. 3, p. 301-307, jul./set. 2014. Disponível em: <http://revista.fmrp.usp.br/2014/vol47n3/8_Aprendizado-baseado-em-problemas.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2018.

BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? *Revista Interface, Botucatu*, v. 2, n. 2, p. 139-154, fev. 1998. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32831998000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 mai. 2019.

_____. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina*, v. 32, n.1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/semina_soc/article/view/10326/10999>. Acesso em: 24 jul. 2019.

BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. *Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro*, v. 22, n. 83, p. 263-294, abr./jun. 2014. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a02v22n83.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 dez. 2018.

_____. Decreto n. 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. Decreto n. 5.904/2006, de 21 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm> Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm> Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 27 fev. 2019.

_____. Ministério do Turismo. *Cartilha Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo Acessível. Volume III*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/VOLUME_III_Bem_Atender_no_Turismo_Acessivel.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

_____. Ministério do Turismo. *Cartilha Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo de Aventura Adaptada. Volume IV*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/VOLUME_IV_Bem_Atender_no_Turismo_de_Aventura_Adaptada.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019. Acesso em: 22 mai. 2019.

_____. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Guia de Direitos e Acessibilidade do Passageiro. Brasília, DF: ANAC, SEDH, MMIRDH, 2016. Disponível em: https://www.anac.gov.br/publicacoes/publicacoes-arquivos/guia_de_direitos_do_passageiro.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

Canal YouTube Pinacoteca de São Paulo. Vídeoguia – Introdução da Pinacoteca de São Paulo de 25 de março de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MPepv6DH8NU&list=PLNCBHBxvUw-acTYEjkE6FHQ4azD80JAN>. Acesso em: 25 jun. 2019.

Canal YouTube Waleiska Fernandes. As dificuldades da pessoa com deficiência no Brasil de 28 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ctrXh3S5Uk>. Acesso em: 25 jun. 2019.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. S.; BRASILEIRO, A. B. H. Acessibilidade a Museus (Cadernos Museológicos Vol. 2). Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. Revista Thema, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 268-288, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewFile/404/295>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FAGUNDES, D. S. Criação, Aplicação e Avaliação de uma Sequência Didática para o curso de cuidadores de idosos apoiada na Metodologia da Problematização. 2015. 136f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: www1.pucminas.br/imagedb/

documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20160317114759.pdf. Acesso em: 16 mar. 2019.

CFREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 58ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 2000. Características gerais da população. Resultado da amostra. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/83/cd_2000_caracteristicas_populacao_amostra.pdf. Acesso em: 04 mai. 2019.

_____. Censo Demográfico, 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_xls.shtm. Acesso em 16 fev. 2019.

Instituto Federal de Alagoas. Plano do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Guia de Turismo. Marechal Deodoro: 2013.

LEITE, L. e AFONSO, A. S. Aprendizagem Baseada na Resolução de Problemas: características, organização e supervisão. Boletín das Ciencias, Santiago de Compostela, Ano XIV, número 48, p. 253-260, novembro 2001. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5538/1/Laurinda%20e%20Ana%20Sofia%20ENCIGA.PDF>. Acesso em: 02 dez. 2018.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Declaración de Manila sobre el Turismo mundial. 1980. In: Compilación de declaraciones de la OMT 1980-2018. p. 151-153. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419326>. Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. Carta de Lisboa sobre el Turismo de Personas Mayores. Tercera Conferencia Internacional sobre Personas Mayores. Lisboa (Portugal), 15 – 16 de outubro de 1999. In: Compilación de declaraciones de la OMT 1980-2018. p. 201-203. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419326>. Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. Recomendaciones Para un turismo Accesible a los minusválidos en los años 90. Resolución n. 284 de la Asamblea General de la OMT adoptada en novena reunión. Buenos Aires (Argentina), 30 de setembro - 4 de outubro de 1991. In: Compilación de recomendaciones de la OMT 1975 - 2015. Março, 2016. p. 44-48. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acesso em: 24 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução ONU n. 217 III (A), 1948. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, de 10 de dezembro de 1948. Tradução: Centro de Informação da Nações Unidas para o Brasil - UNIC/Rio/ Janeiro 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. Resolução ONU n. 3.447 (XXX) Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 09 de dezembro de 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_d ef.pdf> Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. Resolução ONU n. 37/52. Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, de 03 de dezembro de 1982. Edição: CEDIPOD – Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência. Disponível em: <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/programadeacaomundialparaaspcd-onu.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. Resolução ONU n. 48/96. Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, de 20 de dezembro de 1993. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/convencao-da-onu-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. Resolução ONU n. 61. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 13 de dezembro de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 23 mar. 2019.

Portal de Notícias G1. Cadeirantes relatam falta de acessibilidade em pontos turísticos na capital do país. Brasília, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/cadeirantes-relatam-falta-de-acessibilidade-em-pontos-turisticos-da-capital-do-pais.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2019.

TOMAZ, J. B. O desenho de currículo. In: MAMEDE, S.; PENAFORTE, J.(Org.) Aprendizagem baseada em problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional. Fortaleza: Hucitec, 2001, p. 109-139.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE A: EVOLUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Quadro: Declaração e Recomendações da ONU e da OMT

Ano	Atos Internacionais	Ementas/Direitos
1948	Resolução 217 A (III) adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10.12.1948 Declaração Universal dos Direitos Humanos	Estabelece o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a igualdade de todos perante a lei e sua observância universal e efetiva. Ressalte-se que no artigo XXIV a Declaração já previa o direito ao lazer.
1975	Resolução 3447 (XXX) proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 09.12.1975 Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes	Conceitua as pessoas deficientes, assegura o direito à igualdade quando afirma que as pessoas deficientes tem os mesmos direitos fundamentais que os demais membros da sociedade, bem como estende aos mesmos os direitos civis e políticos. Garante o direito ao tratamento médico, psicológico e funcional, à reabilitação médica e social, o direito de conviver com suas
1980	Conferência Mundial do Turismo Declaração de Manila sobre Turismo Mundial	Parágrafo 15: Atenção especial ao turismo voltado para a juventude, pessoas da terceira idade e pessoas com deficiência por meio de uma agenda política positiva no sentido de prover estímulos e facilidades para seu acesso.
1982	Resolução 37/52 adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 03.12.1982 Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência	Objetiva "promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de "igualdade" e "participação plena" das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento", destacando-se no parágrafo 134 que atribui aos Estados Membros o dever de dá condições de acesso às atividades de lazer e às autoridades e empresas turísticas devem oferecer seus serviços a todos, sem discriminação das pessoas com deficiência.

Ano	Atos Internacionais	Ementas/Direitos
1985	Resolução nº 168 da 6ª Assembleia-Geral da OMT em Sofia Carta do Turismo e no Código do Turismo	Convida os Estados a se inspirar nos princípios enunciados na Carta do Turismo e destaca-se, no artigo 3º, que todos os Estados deveriam "estimular a adoção de medidas que permitam a participação de todos no turismo nacional e internacional (...) e concedendo uma atenção especial ao turismo dos jovens, das pessoas da terceira idade e das pessoas com deficiência".
1991	Resolução nº 284 da 9ª da Assembleia-Geral da OMT em Buenos Aires Para um Turismo Acessível aos Deficientes nos anos 90	Apresenta a definição do termo pessoa com deficiência, orienta quanto às informações e publicidades turísticas, formação adequada dos profissionais para atender as pessoas com deficiência, os requisitos gerais de acessibilidade que devem ser atendidos por estacionamentos, elevadores, telefones públicos, serviços higiênicos públicos e na sinalização, bem como os terminais de passageiros, alojamentos turísticos, restaurantes, museus e outros edifícios de interesse turístico, excursões, instalações para congressos e feiras e rodovias.
1993	Resolução 48/96 adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20.12.1993. Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência	Aprova 22 regras nas quais aponta áreas importantes para a qualidade de vida e para a realização da plena participação e igualdade, sendo as regras instrumentos de orientação política e de atuação para as pessoas com deficiências, objetivando garantir que estas exerçam os mesmos direitos e deveres que os demais cidadãos. Aponta os conceitos de incapacidade e desvantagem, bem como estabelece que "As autoridades na área do turismo, agências de viagens, hotéis, organizações de voluntários e outras entidades que participem na organização de atividades recreativas ou que proporcionem oportunidades de viagens turísticas, devem oferecer os seus serviços a todas as pessoas, tendo em conta as necessidades especiais daquelas que padecem de alguma deficiência".

Ano	Atos Internacionais	Ementas/Direitos
1999	Resolução 3826/99 adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 28.05.1999. Convenção da Guatemala	Objetiva a prevenção e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e sua integração à sociedade. Define os termos deficiência, discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.
1999	Resolução nº 406 da 13ª Assembleia Geral da OMT em Santiago do Chile Código de Ética para o Turismo	Com o objetivo de sintetizar outros documentos já publicados e indicando orientações sobre novos temas decorrentes da evolução da sociedade, no artigo 2º, item 2, prevê o respeito a igualdade entre homens e mulheres pelas atividades turísticas, a promoção dos direitos humanos, principalmente dos grupos mais vulneráveis, principalmente das crianças, dos idosos e pessoas com deficiência, das minorias étnicas e populações autóctones. E no artigo 7º, item 4 prega a facilitação do turismo das famílias, dos jovens e estudantes, dos idosos e das pessoas com deficiência.
1999	3ª Conferência Internacional sobre Turismo para Idosos "Turismo de Pessoas de Idade: Ponte entre o passado e o futuro" Carta de Lisboa sobre o Turismo de Pessoas de Idade	Expõe sobre o envelhecimento da população com a previsão das Nações Unidas de que até 2025 a população com mais de 60 anos de idade chegará ao montante de 1.10 milhões. Por isso, no parágrafo 7º recomenda: atenção especial ao desenho universal a ser contemplado nos novos equipamentos turísticos e nos já existentes; mobiliário ergonômico; a eliminação de barreiras nos espaços públicos; sinalização adequada e iluminação suficiente.
2005	Resolução nº 492 da 16ª Assembleia Geral da OMT em Dakar Para um Turismo Acessível para Todos	Esta resolução atualiza a recomendação contida na Resolução nº 284 da 9ª da Assembleia-Geral da OMT ocorrida em Buenos Aires "Para um Turismo Acessível aos Deficientes nos anos 90". Contempla os mesmos requisitos, porém no texto percebe-se: a utilização de novas nomenclaturas; a evolução tecnológica, da arquitetura e das necessidades das pessoas com

Ano	Atos Internacionais	Ementas/Direitos
		deficiência, como a acessibilidade na Web e o uso do desenho universal. Essa recomendação abrange também as pessoas com mobilidade reduzida.
2006	Resolução 61 adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, assinada em 30.03.2007 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	Reafirma os direitos humanos e as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência e seu direito de exercê-los plenamente e sem qualquer tipo de discriminação. Relaciona os princípios da Declaração e as ações necessárias para garantir os direitos enumerados e reconhecidos, inclusive o acesso aos serviços turísticos.
2009	Resolução nº 578 da 18ª Assembleia Geral da OMT em Astana Declaração sobre a Facilitação dos Deslocamentos Turísticos	Conjunto de recomendações para os Estados Membros da OMT e para os agentes de turismo a fim de adotarem medidas para facilitarem as viagens turísticas, especialmente em relação às informações aos turistas, às concessões de vistos, o turismo por pessoas com deficiência e as restrições de viagens pelas pessoas afetadas pelo vírus de HIV. Os estímulos para o crescimento do turismo realizado por pessoas com deficiência são fundamentais para o desenvolvimento do Turismo Responsável.
2013	Resolução nº 637 da 20ª Assembleia Geral da OMT em Cataratas Victoria Recomendações da OMT para um Turismo Acessível para Todos	Revisão das recomendações da OMT "Para um Turismo Acessível para Todos" de 2005. Chama a atenção para o envelhecimento da população e com isso, o aumento do número de pessoas que são beneficiadas pelo turismo acessível. Conceitua, de acordo com a Convenção sobre Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, os termos deficiência, pessoas com deficiência, turismo acessível para todos, discriminação por motivos de deficiência, ajustes razoáveis e desenho universal. Dispõe sobre os componentes da cadeia turística (Gestão de destinos turísticos, informação e publicidade turística,

Ano	Atos Internacionais	Ementas/Direitos
		ambientes urbanos e arquitetônicos, meios de transportes e terminais de passageiros, hotéis, restaurantes e congressos, atividades culturais e outras atividades e eventos turísticos) e as medidas para que estas garantam a acessibilidade às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Ressalta a importância da formação adequada para os profissionais de turismo e em seu anexo lista os 7 princípios do desenho universal.
2014	1ª Conferência da OMT sobre Turismo Acessível na Europa Declaração de San Marino Turismo Acessível	Apelo a todas as partes interessadas para: conscientizar e promover formação específica para eliminar as barreiras, em virtude das atitudes dos profissionais de turismo; observância dos princípios de desenho universal na infraestrutura, produtos e serviços turísticos; acelerar o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias a fim de obter informações sobre os serviços turísticos; incorporar a acessibilidade universal em todos os componentes da cadeia turística, etc.
2015	Resolução nº 669 da 21ª Assembleia Geral da OMT em Medellín Recomendações da OMT sobre a acessibilidade da informação turística	O objetivo dessas recomendações é disseminar entre os órgãos de turismo, as empresas de viagens e turismo e as organizações responsáveis pela gestão de destinos turísticos os princípios do desenho universal e de técnicas voltadas para a acessibilidade das informações turísticas para que estejam disponíveis para todos.

Fonte: Elaborada pela autora.

APÊNDICE B: EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA REFERENTE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Quadro: Evolução da Legislação Brasileira

Ano	Normas	Ementas
1962	Lei nº 4.169	Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.
1985	Lei nº 7.405	Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
1989	Lei nº 7.853	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
1991	Lei nº 8.160	Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
1994	Lei nº 8.899	Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
1999	ABNT NBR 14273	Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial.
1999	Decreto nº 3.298	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Ano	Normas	Ementas
2000	Lei nº 10.048	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
2000	Decreto nº 3.691	Regulamenta a Lei no 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
2000	Lei nº 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2002	Lei nº 10.436	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
2003	Instrução Normativa IPHAN nº 1	Dispõe sobre a acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis (Museus) acautelados a nível federal, e outras categorias, conforme especifica.
2004	Decreto nº 5.296	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2005	Lei nº 11.126	Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
2005	Decreto nº 5.626	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Ano	Normas	Ementas
2006	Decreto nº 5.904	Regulamenta a Lei nº 11.126/2005 trazendo outras disposições sobre o ingresso e permanência do cão-guia em ambientes especificados no Decreto. Veda a cobrança de tarifas ou acréscimos de valores decorrentes da presença do cão-guia nos ambientes previstos pela norma e dispõe sobre os requisitos para identificação do cão-guia e da comprovação de treinamento de usuários. A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, é responsável pelo exame de avaliação de capacidade técnica dos treinadores e instrutores de cão-guia, relacionando neste Decreto algumas regras para tanto.
2008	ABNT NBR 15599	Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços.
2009	Decreto nº 6.949	Promulga a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
2010	Lei nº 12.319	Regulamenta a profissão de Tradutor e Interprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
2011	Decreto nº 7.512	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
2012	Lei nº 12.587	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana: revoga dispositivos dos Decreto-Lei nº 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405 de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CTL), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, e das leis nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.
2013	Resolução ANAC nº 280	Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências.

Ano	Normas	Ementas
2015	Lei nº 13.146	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
2015	ABNT NBR 9050	Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (terceira

Fonte: Elaborada pela autora.